



O GLOBO

'Teremos pelo menos 13 concorrentes novos', diz presidente que representa grupo farmacêutico sobre a quebra de patente do Ozempic

Em entrevista ao GLOBO, Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, fala sobre a expectativa da chegada destes medicamentos nacionais

O GLOBO

'Teremos pelo menos 13 concorrentes novos', diz presidente que representa grupo farmacêutico sobre a quebra de patente do Ozempic

Em entrevista ao GLOBO, Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, fala sobre a expectativa da chegada destes medicamentos nacionais

Giulia Vidale

01/03/2026 04h30



Com a provável queda da patente do Ozempic em março, o Brasil vive um processo de abertura de mercado para genéricos e biossimilares, além de transformação do mercado de canetas emagrecedoras. Empresas poderão registrar e produzir versões genéricas ou similares de Ozempic, Wegovy e Rybelsus, o que deve ampliar a concorrência e reduzir os preços no mercado brasileiro.

Para a indústria farmacêutica brasileira, o momento é estratégico. Em entrevista ao GLOBO, Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil, que representa as principais indústrias farmacêuticas nacionais, fala sobre a expectativa da chegada destes medicamentos nacionais, do protagonismo do Brasil na produção de biossimilares da América Latina, dos principais desafios da indústria farmacêutica nacional e o que esperar para a próxima década.

A provável queda da patente do Ozempic em março de 2026 marca um ponto de virada para o setor. O que esse momento representa, na prática, para a indústria farmacêutica nacional?

A primeira coisa que representa é a entrada em operação prática da decisão que foi tomada em 2021 pelo Supremo Tribunal Federal de que as patentes do Brasil têm prazos certos. Isso dá uma grande segurança jurídica, não só nesse caso, mas também em outros. Em segundo lugar, isso vai significar duas outras coisas, pelo menos. A primeira é que vai ampliar o acesso da população a um medicamento que não só tem uma extrema importância para o combate à diabetes e obesidade, como vai ser possível que essa ampliação de acesso se dê fundamentalmente pela ampliação da concorrência. Hoje já existem pelo menos 13 pedidos de registro de medicamentos à base de semaglutida. Desses, sete são de empresas brasileiras, de capital nacional. E isso é uma coisa muito importante, porque mostra um efeito extremamente relevante, que é ampliar a produção no Brasil.

Com a queda da patente, há expectativa real de redução de preços para o consumidor e para o SUS? Em quanto tempo isso pode ser sentido?

O que eu posso dizer é que as leis do mercado vão funcionar. Teremos pelo menos 13 concorrentes novos e vai haver uma luta por preços. Então, a tendência não é de cair imediatamente porque vai ter uma ordem de entrada. Mas acho que ao longo do ano de 2026, certamente vai ter redução de preços.

E a questão da liberação desses novos medicamentos pela Anvisa? Vocês estão na expectativa que isso seja rápido?

No final do ano passado, a Anvisa publicou um edital exatamente para fazer uma análise específica e mais acelerada desses medicamentos, considerando tudo isso que nós estamos vendo e o aumento enorme da importação, falsificações, contrabando, etc. Então, a expectativa é que haja uma aceleração disso e a Anvisa já está analisando alguns desses medicamentos desde o ano passado.

O Brasil já é o maior polo de biossimilares da América Latina. Quais fatores explicam esse protagonismo e como ele pode ser ampliado nos próximos anos?

Primeiro, o Brasil tem duas coisas essenciais, que são uma base industrial já instalada, extremamente atualizada e sofisticada e profissionais extremamente competentes. Em segundo lugar, porque houve decisões corretas na formulação da política pública em relação a isso. Principalmente o programa de PDPs (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo) enfrentou essa questão de romper a barreira inicial da entrada de medicamentos. Correr os riscos inerentes a esse tipo de processo permitiram que hoje a gente tenha a fabricação de anticorpos monoclonais no Brasil como biossimilares. Estamos agora numa nova rodada dos projetos de PDPs e cada vez mais estamos nos encaminhando para dois processos. Um mais imediato é o de começar a produzir os chamados biobetas. Quer dizer, você pega um medicamento que você transferiu a tecnologia e no processo de compreensão de como a molécula é produzida, as equipes brasileiras melhorando esse processo. E aí você vai produzindo medicamentos melhores, não diferentes, mas melhores. Em segundo, a formação dessas equipes, a existência da base industrial e a continuidade dessas políticas públicas vão gerando as etapas seguintes para que você possa começar a desenvolver a inovação radical, ou seja, a "descoberta" de novas moléculas derivadas dessa rota biotecnológica. Então, o Brasil está indo bem nisso. Outro fator extremamente relevante é que foi aprovada a lei de pesquisa clínica, que é o ponto crítico para que você possa preparar tudo o que vai compor as fases decisivas de demonstração de segurança e eficácia do medicamento.

Quais são os principais desafios que a indústria farmacêutica brasileira ainda está enfrentando?

O primeiro desafio é haver uma coordenação muito eficaz do governo entre os seus órgãos e a coordenação desse conjunto de entes públicos com o setor privado. No Brasil, temos uma enorme base industrial. As empresas de capital brasileiro, não só as associadas a Anvisa, estão investindo muito, fazendo fábricas. Além disso, continuando a expansão, apresentando cada vez mais dossiês para serem avaliados, investindo 6% e 8% do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Tudo isso permite termos a pretensão sólida de que é possível dar um salto no desenvolvimento quantitativo e nas novas tecnologias de produção de medicamentos no Brasil. Então, não há nenhuma barreira definitiva para que o Brasil se torne membro em full time do clube de países emergentes que tem um grande salto na indústria farmacêutica. Eu diria que estaríamos já no meio do caminho para podermos dar esse salto.

Quais áreas de pesquisa concentram os maiores esforços das empresas nacionais?

É como no mundo, então tem oncologia, diabetes, sistemas imunológicos, todo o ambiente cardiovascular. Por que é igual ao que tem no mundo? Porque a população brasileira rapidamente está ficando muito parecida com a população dos países desenvolvidos.

Como as parcerias entre laboratórios nacionais, universidades e centros de pesquisa têm contribuído para acelerar a inovação?

Tem contribuído muito. Já há uma tradição de articulação entre os centros de pesquisa das universidades e as empresas. Mas há possibilidades de ampliar muito essa articulação. Ainda há uma certa preocupação no ambiente acadêmico de que o contato com a indústria conspurque essa relação, como se fosse uma relação não totalmente capaz de justificar os investimentos, no Brasil, que a maior parte são investimentos públicos. E temos que inverter essa equação. Tem que ter uma via de mão dupla. Ninguém na indústria quer substituir a produção de conhecimento científico stricto sensu, mas o conhecimento científico, principalmente a ciência de base tem que poder ser apropriada pela indústria, porque é aí que você concretiza, em benefício da população. Já há empresas trabalhando com desenvolvimentos muito avançados. A Cristália, por exemplo, está trabalhando já com a polilaminina. A Biolab desenvolveu um medicamento que foi e continua sendo um grande sucesso, que é o Vonau Flash, que foi desenvolvido com a USP. Então, é uma relação muito virtuosa, mas precisa ser aprofundada e acelerada.

Recentemente, a Anvisa teve duas decisões importantes, uma em relação à Cannabis medicinal e outra sobre os fitoterápicos. Essas decisões impactam a indústria nacional?

Sim, sem dúvida. No caso da Cannabis, certamente avançou e queremos que avance mais, inclusive, completando a regulamentação para acelerar a fabricação dos medicamentos pela indústria nacional. A gente espera que a Anvisa continue avançando nessa linha. Do mesmo jeito que precisa liberar o plantio e a utilização de cânhamo no Brasil. Sobre os fitoterápicos, é muito importante porque isso vai abrir um campo maior para esses compostos.

O Brasil é o oitavo maior mercado farmacêutico do mundo. O que falta para a gente avançar também como potência produtora e exportadora?

Esse conjunto de coisas que eu falei, capitais brasileiros, políticas públicas bem desenhadas, bem coordenadas e a possibilidade de você estar sempre aprimorando esse tipo de articulação.

Olhando para a próxima década, o que podemos esperar da indústria farmacêutica nacional?

Uma quantidade cada vez maior de investimentos, uma diversificação significativa de portfólio, uma integração cada vez maior com o mundo, um aumento da competitividade da indústria brasileira, um significativo aumento em pesquisa e desenvolvimento e estamos tentando desenhar o que poderíamos ser nossas metas exatamente para nos permitir ir calibrando se as coisas estão acontecendo como previstas, nos prazos que achamos razoáveis. A nossa ideia é, em 10 anos, dobrar o número de postos de trabalho no setor, alcançar 35 bilhões de investimentos em 15% o déficit da balança comercial e ter um conjunto importante de projetos de inovação radical em fase pré-clínica ou clínica e pelo menos 50 registros de produtos de inovação incremental até 2035.